

direito à moradia e à cidade

Relato Reunião Preparatória Fórum Nacional do BrCidades

O Projeto BrCidades inicia sua segunda etapa com o Fórum Nacional “Um Projeto para as Cidades do Brasil”, a ser realizado entre os dias 22 e 24 de maio, em São Paulo. O Fórum reunirá pesquisadores/as, movimentos sociais, organizações não-governamentais, estudantis, entidades profissionais e figuras públicas, com o objetivo de traçar uma pauta comum em torno das questões urbanas atuais, de médio e longo prazo.

Com o intuito de preparar os conteúdos de cada uma das mesas temáticas do Fórum Nacional, foram realizadas reuniões preparatórias em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, sobre temas como habitação, mobilidade, juventude, entre outros.

O presente relato registra uma dessas reuniões preparatórias, sobre O Direito à Cidade e à Moradia, realizada em São Paulo em 12 de abril de 2018.

Os participantes partiram do reconhecimento de que o ciclo de avanços para a construção da democracia brasileira e de conquistas de direitos sociais e humanos se encerra com a ruptura institucional de 2016. Os movimentos sociais têm se organizado para a resistência, ainda de forma fragmentada, em todos os campos temáticos e territoriais: rearticulam-se as comunidades eclesiais de base, setores evangélicos manifestam-se contra o retrocesso no campo dos direitos, movimentos de gênero, movimento negro, movimentos de cultura. Com diferentes pautas e matrizes discursivas, todos esses movimentos têm na cidade seu campo de enfrentamento de conflitos, de formação política e de ação. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 os pobres na cidade eram majoritariamente migrantes rurais, cujos saberes eram considerados não qualificados pela sociedade, as novas geração de jovens pobres já nasceram na cidade e se sentem qualificados e empoderados para fazer o debate de igual para igual com os seus pares e antagonistas de qualquer origem social. O que dá alento a todos os participantes dessa reunião para recuperar as lutas sociais numa plataforma que coloque em contato essas diferentes experiências, resgatando a esperança da Graúna de Henfil, lembrada pela Karina Leitão na abertura do encontro.

abertura

A Professora Ermínia Maricato abriu os trabalhos do dia apontando o principal objetivo do Projeto BrCidades, que é o de “avançar no diagnóstico sobre as contradições urbanas recentes, mas também apontar possibilidades e abrir pautas para um novo ciclo de democratização das cidades para retomar seu protagonismo na cena política brasileira.”

Apesar do volume de investimentos inusitado em infraestrutura urbana, mobilidade e habitação realizados nos últimos anos, em torno de R\$ 750 bilhões, e dos avanços institucionais e normativos, as cidades mantiveram o padrão de urbanização com segregação socioespacial, dispersa, de baixa densidade, com a prevalência do transporte individual motorizado, injustiça social e degradação ambiental.

A partir de 2016, aqueles avanços conquistados para a garantia do Direito à Cidade e à Moradia vêm sendo solapados por uma prática neoliberal que reduz investimentos públicos e penaliza os mais pobres. É necessário recuperar força popular no conjunto de forças que atuam na sociedade brasileira, o que não é tarefa de curto prazo. Exige articulação entre setores de esquerda, entre setores progressistas da academia e movimentos sociais, entre outros.

Partimos do reconhecimento dos avanços realizados, de experiências protagonizadas pelos movimentos sociais e por administrações públicas do campo democrático popular, para lançar novas perspectivas para o tema. Para organizar o debate, o tema do Direito à Cidade e à Moradia foi detalhado em sete aspectos considerados estruturais: autogestão, assistência técnica, urbanização de assentamentos precários, habitação na área central, regularização fundiária e movimentos de moradia e território.

No período da manhã profissionais e representantes de movimentos sociais traçaram um panorama geral de cada um dos sete temas, com os seus principais desafios. No período da tarde, a partir dos insumos desse debate, os participantes se dividiram em dois grupos para apontar os principais pontos de uma agenda para o debate a ser realizado no Fórum Nacional.

assistência técnica – Celso Sampaio

As experiências de construção de moradias por mutirão, inspiradas na experiência das Cooperativas Habitacionais do Uruguai, foram implantadas no Brasil a partir de experiências pontuais, projetos piloto em São Paulo. Posteriormente, essas experiências foram incorporadas como política pública, ganhando escala

e proeminência na gestão municipal 1989-1992, da Prefeita Luiza Erundina. Essas experiências passaram cada vez mais a se estruturar em modelos de autogestão dos recursos, com contratação de mão de obra especializada para a construção dos empreendimentos e, mais ainda, sobre todo o processo de produção da habitação, desde a seleção dos terrenos, passando pela gestão dos recursos, trabalho social, etc.

Este modelo incidiu na formulação de diversos programas públicos de mutirão com autogestão e, em nível federal, pelo Crédito Solidário e o PMCMV, modalidade Entidades.

O desenvolvimento de projetos autônomos autogestionados conta com o apoio da assistência técnica para a elaboração dos projetos e acompanhamento das obras. Porém, apesar da ampliação do programa, ele não atinge a grande maioria das famílias mais pobres. A produção habitacional para essas camadas se dá, sobretudo, pela autoconstrução em loteamentos ou favelas, em moradias precárias que permanecem nessas condições mesmo após as intervenções realizadas por programas de urbanização.

Novos desafios

A produção habitacional das camadas populares nas cidades brasileiras se dá sobretudo pela autoconstrução, que supera a produção pública de habitação. Além de não dar conta da produção autônoma, a produção pública enfrenta atualmente retrocesso anunciado nos investimentos, o que demanda avaliar a possibilidade de formular novos modelos de articulação de recursos para além dos programas públicos.

A mudança de paradigma é fundamental – é necessário tratar a habitação não como mercadoria, mas como serviço de habitação. Neste sentido, é possível pensar a assistência técnica como um serviço de apoio para a população de baixa renda, em seus projetos de autoconstrução da moradia ou mesmo de melhoria das construções existentes, a exemplo dos projetos Vivenda (São Paulo) ou da Ambiente Urbano (Rio de Janeiro) que tratam de melhoria habitacional em programas de urbanização de assentamentos precários. Trata-se, portanto, de implementar ações combinadas, de forma que o programa de melhorias não seja restrito à melhoria de favelas.

Nos anos 2000 a Prefeitura de Santo André também implementou programas de melhorias habitacionais para a urbanização de favelas. A Defensoria Pública já recomenda a assistência técnica jurídica, o que pode servir de exemplo para as entidades de classe vinculadas à arquitetura, urbanismo e engenharia, tanto para construção como para melhoria de unidade habitacional.

Celso Sampaio, que é assessor técnico do MSTC (Movimento Sem Teto do Centro), conta sobre uma nova modalidade de produção em formulação pelos movimentos de moradia - a chamada parceria público popular para a provisão de unidades habitacionais em prédios públicos, para locação social. Nesta parceria, o poder público mantém o imóvel em sua propriedade, reforma com recursos próprios as redes de infraestrutura (elétrica, hidráulica, gás, elevadores) e os moradores entram com reformas nos demais itens com recursos próprios. Estes recursos são abatidos em carência do aluguel, por tempo determinado de acordo com os recursos investidos. A ideia é também reforçar formas alternativas à propriedade privada individual, como único modelo de acesso à moradia, como por exemplo a locação social.

O movimento e sua assessoria elaboraram uma proposta para um edifício público com 19 unidades na Rua São Francisco, centro de São Paulo, atualmente em análise e tratativas junto à Secretaria Municipal de Habitação.

habitação em áreas centrais de grandes cidades – Heloísa, FLM e Carmem, MSTC

Heloisa, dirigente da Frente de Luta por Moradia, apresentou a experiência do movimento com atuação na região central da cidade de São Paulo, iniciada em 1994. Hoje são 12 movimentos filiados a essa frente. O movimento atua na área central por considerá-la o território da cidade onde as contradições sociais são mais evidentes. Segundo pesquisa realizada por Jeroen Stevens, da Universidade Federal de Leuven, na Bélgica, a FLM conseguiu assentar cerca de 25.000 pessoas ao longo vinte e cinco anos de atuação.

As famílias que participam do movimento pagam aluguel ou vivem em casas de parentes, o que as mobiliza a se organizarem em grupos comunitários e a ocupar prédios ociosos ou subutilizados, que não cumprem sua função social. A partir da ocupação, o movimento inicia o processo de negociação com o poder público para garantir o atendimento às famílias nos programas habitacionais.

Além do objetivo inicial de garantir atendimento às famílias, essa tática de luta visa dar visibilidade ao não cumprimento da função social dos imóveis e aos despejos forçados. Casos emblemáticos como os edifícios do INSS e da Rua Mauá ampliaram o debate sobre esses temas na sociedade.

O movimento defende que o poder público utilize os instrumentos legais e os recursos financeiros para desapropriar os imóveis, a exemplo dos edifícios das avenidas São João e Prestes Maia, e elabore projetos de retrofit para produção de unidades habitacionais, a exemplo dos projetos já elaborados para os hotéis Cambridge e Lord.

As famílias que participam dos movimentos são bastante vulneráveis, com sérias dificuldades para participar dos programas públicos oficiais, seja pela baixa renda ou pelas dificuldades para obtenção de documentação própria ou comprobatória de renda.

O Movimento dos Sem-Teto do Centro, representado por sua presidente Carmem, tem avançado na diversificação de sua assessoria técnica, para amparar as famílias tanto em momentos de tensão, diante de situações de reintegração de posse, como para garantir projetos de geração de renda e melhorias sociais. Participam da assessoria técnica não só arquitetos, mas também sociólogos e psicólogos. Junto com o projeto de retrofit, desenvolvem projetos de gastronomia e cultura, como forma de garantir autosustentação.

A FLM tem iniciado projetos fora da área central pelo PMCMV – Entidades, sendo três na Zona Leste e outros quatro na Zona Sul de São Paulo. Contudo, é notória a dificuldade que o poder público coloca aos movimentos para responder às exigências burocráticas.

Novos desafios

A partir da experiência acumulada, e considerando o momento atual em que se encerra um ciclo de participação, democracia e construção coletiva de políticas públicas, o movimento tem avançado na pauta de lutas, nos vários aspectos que envolvem a produção habitacional a partir da utilização de prédios na área central:

1. Com relação à aquisição de novos prédios para habitação social – reivindicam a retomada da aplicação dos instrumentos da PEUC – Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórias - pela Prefeitura Municipal, com aplicação do IPTU progressivo no tempo
2. Com relação aos projetos de retrofit - buscam incorporar usos comerciais no pavimento térreo, como forma de garantir a sustentabilidade financeira, a partir do aluguel das unidades comerciais, que podem ser revertidos na manutenção do condomínio.
3. Com relação à organização do movimento – O movimento investiu durante muito tempo na formação de lideranças, protagonizada por mulheres, em estruturas verticalizadas. No atual momento de recrudescimento da repressão e criminalização dos movimentos sociais, é necessário construir e garantir ambiente de segurança das lideranças. Nessa direção, coloca-se a articulação da pauta de moradia e avanços de forças na disputa do território, numa perspectiva horizontalizada.

4. Com relação à pauta do direito à cidade – É necessário incorporar a questão ambiental e a questão da segurança e do enfrentamento do crime organizado à pauta do Direito à Cidade. No tocante à segurança, tem incorporado o debate sobre a descriminalização das drogas como ponto de debate.

urbanização de assentamentos precários – Rosana Denaldi

Os assentamentos precários apresentam uma variedade de tipologias muito grande, constituindo um universo bastante heterogêneo, o que exige intervenções diversas, tanto em escala quanto em abrangência.

As primeiras intervenções em urbanização de favelas eram voltadas para a implantação de redes de infraestrutura – água, esgoto e drenagem. Posteriormente, os projetos de urbanização ampliaram seu escopo, incluindo adequação de sistema viário, implantação de equipamentos sociais e espaços públicos, ações de regularização fundiária e de desenvolvimento social, contemplando ações de geração de emprego e renda, associativismo e empreendedorismo, entre outras.

No entanto, ainda que alguns assentamentos precários tenham recebido intervenções continuadas para saneamento e urbanização, eles ainda carecem de soluções estruturantes para eliminar a precariedade e integrar os assentamentos ao seu entorno. Por restringir o foco no saneamento das comunidades, as intervenções não resolveram problemas estruturais de mobilidade e precariedade habitacional. Os assentamentos permaneceram à margem da cidade legal, com disparidade visível quanto à qualidade do ambiente construído.

Contraditoriamente, mesmo após obras de urbanização, a precariedade persiste e, portanto, intervir nesses territórios ainda continua sendo extremamente necessário.

A partir de 2009, o Programa de Aceleração do Crescimento, modalidade Urbanização de Assentamentos Precários, investiu uma quantidade considerável de recursos federais para a urbanização de assentamentos. Em vários casos, o programa acrescentou recursos a projetos e obras já em execução pelos governos locais, dialogando com a diversidade de cada território. É importante realizar um balanço dessa iniciativa, dos investimentos realizados em cada contexto, considerando as camadas anteriores de urbanização e desses investimentos, para revisar suas diretrizes e garantir a melhor aplicação dos recursos.

Novos desafios

Os principais desafios para que as intervenções em programas de urbanização de assentamentos precários garantam a melhoria das condições de moradia da comunidade são:

1. Projetos e obras de urbanização:

a. Os perímetros de intervenção devem abranger setores urbanos precários no entorno do assentamento, de modo a possibilitar ações integradas de mobilidade, de estruturação de espaços públicos e de recuperação ambiental de cursos d'água.

b. O projeto de urbanização deve ser abrangente e completo, com ações de saneamento, implantação de espaços e equipamentos públicos, soluções para a moradia individual, trabalho social e regularização fundiária, de modo a evitar projetos de urbanização incompletos, que não solucionam a precariedade do assentamento.

c. Os projetos devem considerar a mobilidade como um quesito chave da melhoria das condições de vida da comunidade. Neste sentido, deve ir além da implantação de mobilidade em assentamentos com altas declividades ainda permanece um desafio, especialmente se considerarmos a circulação de pedestres. Além disso, a conexão das favelas com os bairros do entorno ainda demanda soluções adequadas dos projetos de urbanização.

2. Remoções – as remoções são necessárias para garantir qualidade mínima aos projetos de urbanização. No entanto, a remoção não pode ser feita sem definição de alternativa de moradia digna e bem localizada para a família atingida, sob o risco de manter ou até mesmo agravar as condições de precariedade que se pretendia resolver com a intervenção.

3. Articulação com políticas setoriais – os assentamentos precários devem ser tratados como objeto prioritário das demais políticas públicas setoriais. A precariedade deve ser entendida como um problema único com múltiplas facetas, a ser enfrentado pelas políticas de educação, saúde, segurança, desenvolvimento econômico, entre outras, de forma integral e integrada.

4. Produção de novas moradias – É necessário ter um cardápio amplo de soluções para a produção de moradias, que inclua tanto a produção de novas unidades habitacionais quanto a requalificação das existentes. Neste sentido, a regra do PMCMV fase 2, que obrigava os assentamentos urbanizados com

recursos do PAC a reassentar as famílias em conjuntos do PMCMV fora do assentamento representou um retrocesso. Em obras de urbanização, o reassentamento não pode depender da execução de novos conjuntos fora do perímetro do assentamento, pois a demora na finalização da obra e a distância do novo conjunto do território onde as famílias já realizam suas atividades cotidianas de sobrevivência pode acarretar prejuízos financeiros e sociais às famílias, ou mesmo recursos extras para aluguel temporário das famílias enquanto a obra não fica pronta.

5. É preciso formular e implementar programas para subsidiar as melhorias na habitação, para que a urbanização seja acompanhada da melhoria nas unidades habitacionais, eliminando a precariedade do assentamento de forma integral.

6. Presença do Estado – é necessário garantir a presença do Estado nos territórios, através da implantação de equipamentos sociais e serviços públicos, como forma de disputar a solução dos problemas cotidianos da comunidade com os representantes do narcotráfico.

programas de autogestão – Donizete, da União Nacional de Movimentos de Moradia

Os movimentos sociais por habitação foram responsáveis pelos primeiros projetos de iniciativa popular pela Reforma Urbana. Foram responsáveis pela inserção dos parágrafos sobre a função social da cidade e da propriedade na Constituição Cidadã de 1988.

Já a partir de 1989, com a gestão da Prefeita Luiza Erundina, a Sehab implantou o inovador programa de mutirão para a construção de moradias populares. Com o fortalecimento das associações e assessorias técnicas impulsionado pelo programa, as entidades foram paulatinamente experimentando novas formas de construir seus empreendimentos, com foco crescente nos processos de autogestão, com mão de obra e serviços contratados. A autogestão também fortaleceu as entidades para intervir nos processos de seleção de terrenos e na formulação de novas modalidades dos programas de autogestão no governo do Estado e Federal. O PMCMV Entidades é um exemplo desse avanço.

No entanto, uma parte dos movimentos acabou abrindo mão de seu protagonismo na gestão dos projetos e obras e acabou se associando a construtoras para a execução dos empreendimentos. A participação popular nesses casos acabou sendo prejudicada. Por essa razão, a modalidade precisa ser repensada.

Novos desafios

Considerando os avanços conquistados nos programas de mutirão e de autogestão, Donizete aponta alguns desafios para a consolidação dessa modalidade de empreendimento:

1. Os movimentos precisam consolidar assessorias jurídicas para defender o direito à moradia e o direito à posse, especialmente nos casos de reintegração de posse ou de indenização por obras públicas de grande porte, como por exemplo o Rodoanel ou as ocupações de prédios, algumas que já duram anos sem que as famílias tenham direito à posse do imóvel.
2. Os projetos de novos empreendimentos devem considerar a abrangência do território, como um território para a educação cidadã. Um exemplo citado por Donizete é o de uma área na Zona Norte de São Paulo, chamada Minas Gás. Neste local, várias obras públicas foram realizadas – mutirão por autogestão na gestão Erundina, prédios do Cingapura na gestão Maluf, mas a população ainda não tem a segurança na posse e, recentemente, houve proposta de reintegração de posse em uma área no perímetro.
3. Por fim, é necessário repensar mecanismos de resistência das famílias à dinâmica do mercado imobiliário, que assola as conquistas dos movimentos populares. Muitos dos empreendimentos construídos pelos moradores foram vendidos e as famílias voltaram a morar em áreas precárias.

Movimentos por Habitação no Território – Moisés, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Embu

O MTST iniciou sua atuação há 20 anos. Hoje desenvolve ações e projetos em 14 Estados brasileiros. Sua principal tática é a ocupação de terrenos nas periferias das grandes cidades. Porém, mais do que um movimento pelo Direito à Cidade e à Moradia, o MTST é um movimento social anti-capitalista.

No início do processo de ocupação das áreas, o MTST não conta com o apoio imediato da população do entorno. Há sempre a visão de que os ocupantes estão praticando um ato ilegal, são vagabundos à espera de uma benesse do Estado.

À medida em que as lutas dos moradores vai tomando corpo, acabam ganhando adesão dos vizinhos, tendo em vista que a pauta abrange as necessidades de todo o território. São lutas por creches, por postos de saúde, por pavimentação. Para ampliar a luta comunitária e articulá-la com os desafios da luta em nível nacional, foi criada Frente Povo Sem Medo em 2015, com a palavra de ordem

“Contra a Direita, Por Mais Direitos”. A Frente Povo Sem Medo retoma as ações diretas do MTST, como as manifestações de rua.

Já no final de 2016 a Frente e o MTST iniciam as ações no território que vão culminar, em 2017, com a criação dos Bairros Sem Medo: Capão Sem Medo, Itaquer Sem Medo, seguidos de Guaianazes, Santa Cecília, Pompeia e até de municípios vizinhos como Cotia. Essas ações visam organizar a população para tratar dos problemas do território. No Capão Sem Medo, por exemplo, a luta imediata foi pela melhoria do sistema de transporte público por ônibus, seguida da luta pela manutenção da AMA do Parque Fernanda. Em Itaquer, uma pauta importante tem sido a reabertura do Parque do Carmo. Os Bairros Sem Medo incluem outras pautas como a dos direitos humanos. No Jardim Amália, por exemplo, a prisão equivocada de um rapaz inocente foi alvo de ações e protestos, que resultaram em sua soltura.

O trabalho de base é feito tendo como premissa a dimensão do acolhimento. Os espaços de reunião são pensados para que as pessoas se sintam à vontade, sempre com um café e místicas para aproxima-las. Nestes locais também são oferecidos cursos de artes marciais e oficinas variadas. Por essa dinâmica, costumam dizer que as pessoas entram no MTST em busca de moradia, mas acabam permanecendo no movimento porque encontram uma família.

Além das pautas específicas dos territórios, o Povo Sem Medo articula ações mais gerais, como o combate à privatização de áreas públicas da Prefeitura, com ocupação da Câmara Municipal e o dia de ocupação das Subprefeituras e lutas nacionais como a Luta Contra a Reforma da Previdência, contra o Projeto de Lei da Terceirização, a Greve Geral de 28 de abril de 2017).

Novos desafios

O MTST e a Frente Povo Sem Medo propõem ampliar sua luta anti-capitalista, ao articular a luta por moradia a outras lutas, como o que já vem sendo feito nos Territórios Sem Medo. Além disso, pretendem lançar um chamado nacional para fomentar ações em outros Estados, além dos 14 onde já atuam.

regularização fundiária – Patryck Carvalho

O principal desafio da regularização fundiária atualmente é contestar a nova lei de regularização fundiária sancionada pelo Governo Federal em 2017 – a Lei Federal 13.465/2017. Segundo Patryck Carvalho, trata-se de uma lei muito mais voltada a acelerar a aprovação de empreendimentos privados e anistiar irregularidades do mercado de faixas de renda média e alta, do que consolidar mecanismos de garantia do direito à moradia para os mais pobres.

Patryck apresentou uma série de aspectos polêmicos embutidos nessa lei que, de fato, trata a regularização fundiária de assentamentos precários de forma apenas marginal.

Em primeiro lugar, o governo federal aproveitou a lei para lançar um conjunto de artigos que abrem novas possibilidades de destinação do patrimônio público para fins privados, desregulamentando os procedimentos atuais. A lei estimula que pessoas físicas de extratos médios comprem imóveis da União com utilização do FGTS, concedendo-lhes um desconto de 25% do valor do imóvel.

Outro aspecto de incentivo à atuação do mercado imobiliário, especialmente em cidades médias, é o da regularização de núcleos urbanos distantes da malha urbana consolidada e vizinhos de áreas rurais. Ao regularizar esses núcleos, o perímetro urbano passa automaticamente a incorporar o núcleo, abrangendo também as áreas rurais contíguas. Trata-se da abertura de novas frentes para a expansão do mercado imobiliário, sem a necessidade de aprovação legislativa junto à Câmara Municipal. É o que vem ocorrendo em inúmeras cidades médias da Amazônia, por exemplo.

A lei permite ainda uma marcha-a-ré em mecanismos de segregação espacial, que já tinham sido superados pelas leis de parcelamento do solo, como por exemplo, a transformação automática de loteamentos em condomínios, permitindo o fechamento de suas ruas para circulação pública.

A regularização fundiária agora também é permitida em áreas não demarcadas como ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. É a chamada regularização de interesse específico, que não deixa de ser um amplo processo de anistia de loteamentos e condomínios para quaisquer faixas de renda e quaisquer usos (categorias recolocadas com prioridades invertidas com relação às ZEIS). O cumprimento das regras de parcelamento, edificação e uso do solo ficam relativizados indiscriminadamente, sem necessariamente justificar as exceções por um interesse social.

Outro aspecto polêmico da lei é a instituição do chamado direito de laje, que permite ao morador de um assentamento precário vender sua laje. A legalização generalizada desse procedimento, já presente nas favelas brasileiras, permitirá um adensamento ainda maior naquelas favelas bem localizadas das grandes cidades, saturando ainda mais suas precárias redes de infraestrutura e equipamentos sociais.

Ainda no âmbito dos assentamentos precários, a regularização de assentamentos em APP (áreas de proteção permanente ao longo de linhas de drenagem) é permitida para parte das ocupações e não obrigatória para sua totalidade. A regularização pode ser feita apenas nas porções onde a urbanização é mais simples, relegando aquelas porções mais complexas para um futuro incerto.

Além da revisar os vários retrocessos possibilitados por essa lei, os desafios para a regularização fundiária e a segurança da posse de suas moradias pela população mais pobre são inúmeros.

Uma delas se refere à transparência e disponibilidade de informações relativas à propriedade, seja ela pública ou privada. As informações sobre a propriedade fundiária não estão disponíveis pelos órgãos responsáveis pela sua produção e utilização, sejam Cartórios ou sistemas de informação dos órgãos públicos das três esferas de governo. Pior ainda, as informações dos Cartórios não são cruzadas com as informações dos cadastros municipais. Deve-se estabelecer uma via de mão dupla entre os dois órgãos.

Um segundo desafio é incorporar formas de autogestão para a produção da regularização fundiária.

Ainda no âmbito dos desafios, está a possibilidade de regularização em APPs, à luz do conceito de interesse social de área urbana consolidada.

Ao final das apresentações, o grupo traçou um panorama com os desafios mais urgentes para a agenda do Direito à Moradia e à Cidade:

1. Revisar as regras do Programa Minha Casa Minha Vida, garantindo os avanços da modalidade Entidades;
2. Assegurar a continuidade do PAC-Urbanização de Assentamentos Precários;
3. Revisar os retrocessos à garantia do direito à cidade e à transparência na gestão do patrimônio público representado pela Lei Federal 13.465/2017;
4. Analisar os novos mecanismos de parcerias público-privadas com instituição de fundos imobiliários para utilização de patrimônio público, para analisar a real função social das propostas para sua utilização.

Além dessas, outras questões de fundo devem ser consideradas para a formulação de uma nova agenda para as cidades brasileiras:

1. A questão do território é fundamental para articular as lutas locais, e um exemplo extremamente positivo dessa abordagem sobre o território são as Comunidades Eclesiais de Base. Atuantes durante a década de 1980 e

e fundamentais no processo de redemocratização do país, voltam a se articular atualmente, depois de um tempo sem atuação expressiva a partir dos anos 2000. No entanto, a abordagem territorial não pode deixar de considerar as questões de fundo, do arranjo capitalista na produção e exploração do espaço urbano. O espaço é mercadoria e, por isso, academicamente é importante ter clareza sobre os agentes que ganham sobre a mercadoria.

2. Neste sentido, é fundamental apontarmos novas formas de propriedade coletiva e comunitária, como antídoto aos processos de gentrificação, facilitados pela comercialização da propriedade individual. É um tema central para a agenda dos movimentos sociais.

3. Por outro lado, é necessário priorizar as ações nos assentamentos precários e informais. É preciso repensar arranjos entre atores, alternativos à execução de programas feita exclusivamente pelo poder público. São ações de fomento às melhorias habitacionais, à urbanização de favelas, à reforma de edifícios centrais para moradia, à regularização fundiária autogerida. Para esses arranjos, pode-se pensar em parcerias público-populares, com poupança prévia. As alternativas também devem ser pensadas para o marco legal, com uma lei específica para a regularização fundiária coletiva e popular.

4. A questão da segurança pública e o combate ao extermínio de jovens negros das periferias das cidades brasileiras, fenômeno também conhecido como juvenicídio, deve compor a pauta do Direito à Cidade, especialmente se considerarmos que esse problema ocorre predominantemente nas regiões periféricas da cidade;

5. Os arranjos federativos, que devem considerar que na esfera estadual o governo detém o controle dos cartórios (terras), da polícia e do judiciário. A governança, inclusive para as questões metropolitanas, passa pela compreensão e revisão desses arranjos.

6. O combate à parcialidade do Poder Judiciário é pauta dos movimentos sociais, conforme depoimento da Nete, da FLM. Devemos ainda nos aproximar mais da Defensoria Pública e buscar brechas de atuação junto ao Ministério Público.

7. A participação institucionalizada nos conselhos participativos tem eficácia limitada e deve ser questionada, uma vez que esses espaços de participação ficam à margem das decisões mais fundamentais da economia urbana, como as propostas de PPP (parcerias público-privadas), ou de aprovação do marco legal (a exemplo das audiências inócuas para aprovação da legislação urbana).

8. É preciso defender a presença do Estado nos assentamentos precários, com CEUs em tempo integral e programas de mobilidade.

9. É preciso atuar diretamente junto ao poder local, pelo controle público do orçamento municipal.

Durante o período da tarde os participantes aprofundaram o debate sobre esses desafios prioritários. Os resultados desse debate estão compilados em quatro blocos temáticos: programas habitacionais – existentes e alternativos, estratégias dos movimentos sociais, assistência técnica e produção e compartilhamento do conhecimento sobre a cidade.

A pergunta chave e essencial é como fazer frente aos processos de desmonte dos direitos conquistados no período democrático e como defender e consolidar os avanços realizados para garantir os direitos à cidade e à moradia?

É preciso propor uma pauta comum e articulada para superar a fragmentação das diferentes lutas em diferentes instâncias – movimentos sociais, coletivos, participação institucional no que restou dos conselhos, mídia, academia, etc. Para isso precisamos avaliar a eficácia das lutas eleitorais e da tomada de poder institucional, que acaba relegando a segundo plano a correlação de forças nesse campo.

Revisão dos Programas Atuais e Proposição de Programas Alternativos

O grupo apontou a necessidade de melhorar os programas existentes e apontou ideias para programas alternativos, com novas formas de produzir e acessar a moradia digna em áreas bem localizadas. Essas alternativas envolvem:

1. novos arranjos de atores para a produção de habitação, como as parcerias público-populares já relatadas na primeira parte da reunião;
2. outras formas de propriedade e posse da moradia, coletivas e comunitárias;

3. outras formas de acesso à moradia, alternativas à aquisição financiada, como por exemplo a locação social;
4. ampliação das intervenções de projetos de autogestão, envolvendo a produção de espaços condominiais e públicos.
5. incluir a escala metropolitana na formulação de novos programas habitacionais;
6. trabalhar modelos de autogestão para implantação de obras de urbanização e implantação de redes de infraestrutura em assentamentos precários, a exemplo das experiências iniciadas pela Peabiru e pela UMM.

O grupo entende que é necessário realizar uma avaliação sistemática e abrangente dos programas públicos implementados no período democrático, para consolidar os avanços conquistados e incorporá-los às novas formulações, para o que é necessário:

7. aprofundar a luta em defesa da função social da propriedade, como um dos elementos em defesa da moradia na área central das grandes cidades.
8. revisar as diretrizes do PMCMV para as áreas centrais das grandes cidades, para dar escala de atuação ao programa
9. trabalhar a moradia na área central como um programa de ocupação do território mais ampla – os prédios vazios do centro são palcos de luta, que ampliam a consciência política dos integrantes do movimento, fomentam as redes de resistência e dão visibilidade ao debate sobre o Direito à Cidade.

Produção e Compartilhamento de Conhecimento – este item envolve a proposição de um método para a produção do conhecimento sobre a estruturação do espaço urbano. O grupo sugeriu uma pauta preliminar de temas a compor uma plataforma compartilhada de estudos e informações, com os seguintes itens:

1. avaliação de programas implementados no período democrático
2. sistematização de dados sobre as características urbanas da rede de cidades brasileiras; estruturação intra-urbana, definição dos perímetros urbanos,

incorporação dos instrumentos do Estatuto da Cidade pelas políticas de desenvolvimento urbano e habitacional, incidência dos programas habitacionais e os recursos institucionais, entre outros.

3. produção e compartilhamento de informações sobre imóveis vazios ou subutilizados, especialmente nas grandes cidades, tanto de propriedade pública quanto de propriedade privada, com disseminação geral das informações entre a população para fomentar novas estratégias de defesa da função social da propriedade;
4. como forma de disseminação do conhecimento, o grupo propõe cursos de formação de base e estudar estratégias e táticas populares de produção e compartilhamento de informações;
5. documentação sistemática das experiências realizadas em programas alternativos propostos no eixo 1, para consolidar as avaliações e os avanços conquistados e dar escala às experiências realizadas, a exemplo do Fórum Mundial da Luz
6. Fornecer subsídios para a elaboração de campanhas a favor dos instrumentos da função social da cidade e dos demais instrumentos constantes do Estatuto da Cidade.
7. Aprofundar o conhecimento sobre o problema do narcotráfico
8. Aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica das igrejas neopentecostais e suas formas de acolhimento direto das famílias.
9. Fomentar a aproximação entre a academia das lutas populares (o intelectual orgânico), um dos objetivos do BrCidades. Fau, Mackenzie, Unifesp e outras escolas estão participando do debate.

Estratégias dos Movimentos

A atual fase de recrudescimento da ofensiva contra os movimentos sociais aponta a necessidade de reformulação de estratégias, e o enfrentamento de um agente que ganha espaço cada vez maior nas comunidades – o narcotráfico.

As sugestões levantadas para debate no Fórum são:

1. Experimentar organizações mais horizontais para preservar as lideranças contra a violência do Estado, das milícias e dos traficantes;
2. Aprofundar o conhecimento sobre o problema do narcotráfico, ver estudo de Gabriel Feltran e outros;
3. Ampliar a troca de experiências entre movimentos, reforçando o papel do movimento na formação política de seus membros;
4. Associar a luta pela moradia a outras pautas, como a da descriminalização das drogas e o encarceramento em massa. Os representantes dos movimentos avaliam que a pauta do encarceramento é uma boa porta de entrada para falar sobre a descriminalização do uso das drogas, uma vez que muitas mulheres têm algum membro da família - filhos, companheiros, sobrinhos, entre outros – presos;
5. Articular a luta de moradia com as demais lutas por serviços públicos e equipamentos sociais, a exemplo do que já ocorre nos Territórios Sem Medo – luta por saúde, educação, etc;
6. Reforçar a pauta de denúncia dos privilégios do Poder Judiciário;
7. Conhecer a dinâmica das igrejas neopentecostais, acolhimento das pessoas em suas necessidades mais básicas e imediatas;
8. Articular a luta da moradia com a pauta da juventude – no caso do MMRJ (Ocupação Prestes Maia), que é filiado à FLM, há disputa nas ocupações com o tráfico de drogas. O movimento propõe projetos para envolver a juventude e afastá-la do tráfico, como o projeto Quatro Elementos do HipHop. O MSTC também procura atuar junto aos jovens, com cursos de línguas estrangeiras e oficinas culturais. Em São Paulo havia, na gestão Haddad, o Conselho Municipal da Juventude, alinhado com a política nacional de juventude. Atualmente, o governo Dória esvaziou este conselho. É necessária formação popular. Por exemplo a Uneafro tem cursinho popular em todos os períodos do dia e da noite, para ampliar o acesso dos jovens à Universidade.

Assistência Técnica

As propostas para a consolidação da Assistência Técnica como atividade de suporte fundamental às lutas populares por moradia incluem:

1. Tratar o projeto como um método de abordagem dos problemas urbanos, habitacionais e sociais, e não simplesmente como um desenho a ser construído
2. Formar uma rede de assessorias técnicas para estabelecer os parâmetros de atuação profissional desse ramo, para resguardar esse campo de trabalho de práticas profissionais mais voltadas ao mercado e desvinculadas da promoção de direitos;
3. Fomentar o entendimento da habitação social como um serviço e não como mercadoria;
4. Estruturar a residência nos cursos universitários de arquitetura, engenharia e demais profissões que dão suporte aos projetos comunitários de moradia e cidade;
5. Incorporar o urbanismo como matéria na grade curricular das escolas públicas, para crianças do ensino fundamental.
6. Pressionar as entidades de classe para apoiar financeiramente as assessorias técnicas